



<https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma>
e-ISSN 2318-406X
DOI: 10.17058/rzm.v6i1.11171



A matéria publicada nesse periódico é licenciada sob forma de uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional
<http://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>



Imigrantes e Trabalho:

representações discursivas acerca de uma relação de alteridade



Gislene Feiten Haubrich¹
Ernani Cesar de Freitas²

Resumo: O estudo visa a analisar qual é a representação da relação de alteridade evidenciada por discursos institucionais sobre a atividade laboral para a inclusão de refugiados. Inicia-se com uma breve reflexão acerca da cultura brasileira (HOLANDA, 1995; DAMATTA, 1997) em confluência com a noção ergológica de atividade laboral (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) e culmina com a reflexão sobre dialogismo e alteridade (BAKHTIN, 2010; 2015). Estrutura-se a coleta de dados mediante pesquisa documental, cuja organização é sustentada pelo mapa de associação de ideias, que converge categorias oriundas da relação teoria e objeto empírico. Como *corpus*, elencam-se: cartilhas publicadas em 2015 pela Agência da ONU para Refugiados (Acnur). O principal resultado evidencia que os discursos analisados expressam um vínculo com refugiados motivado pela monetização da identidade e parece refletir certo fechamento à alteridade.

Palavras-chave: Discursos Institucionais. Refugiados. Alteridade. Atividade Laboral.

¹ Universidade Feevale.

² Universidade Feevale.

Inmigrantes y Trabajo: representaciones discursivas acerca de una relación de alteridad

Resumen: El estudio busca analizar cuál es la representación de la relación de alteridad resaltada por discursos institucionales sobre la actividad laboral para la inclusión de refugiados. Se inicia con una breve reflexión acerca de la cultura brasileña (HOLANDA, 1995; DAMATTA, 1997) en confluencia con la noción ergológica de actividad laboral (SCHWARTZ, DURRIVE, 2007) y culmina con la reflexión sobre dialogismo y alteridad (BAKHTIN, 2010; 2015). Se estructura la recolección de datos mediante investigación documental, cuya organización es sostenida por el mapa de asociación de ideas, que converge categorías oriundas de la relación teoría y objeto empírico. Como *corpus*, se enumeran: cartillas publicadas en 2015 por la Agencia de la ONU para los Refugiados (Acnur). El principal resultado resalta que los discursos analizados expresan un vínculo con los refugiados motivado por la monetización de la identidad y parece reflejar cierto cierre a la alteridad.

Palabras clave: Discursos Institucionales. Refugiados. Alteridad. Actividad Laboral.

Work and Immigrants: discursive representations about a alterity relationship

Abstract: The study aims to analyze which is the representation of the alterity's relationship evidenced by institutional discourses about labor activity for the inclusion of refugees. It begins with a brief reflection on a Brazilian culture (HOLANDA, 1995; DAMATTA, 1997) in conjunction with the notion of activity of work (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007) and culminates with a reflection about dialogue and alterity (BAKHTIN, 2010; 2015). The data collection is structured through documentary research, and its organization is supported by the map of association of ideas, that converge categories from the relationship between theory and empirical object. As corpus, it is listed: booklets published in 2015 by the UN Refugee Agency (UNHCR). The main result evidences that the discourses analyzed express a bond with refugees motivated by the monetization of identity and seems to reflect a certain closure to alterity.

Key words: Institutional Discourses. Refugees. Alterity. Activity of Work.

1 Migrações, mundialização e contemporaneidade: algumas considerações iniciais

Os fluxos migratórios remontam uma estratégia de sobrevivência de diversas espécies de vida terrestre, desde a Pré-história. Para além da busca por condições de manutenção da vida biológica, o encontro entre seres de tribos diferentes oportuniza a atualização de costumes e o aprendizado de linguagens e modos de interação. Ao longo dos séculos, avanços tecnológicos e políticas econômicas instigam/submetem indivíduos a cruzar fronteiras territoriais por razões distintas: da “conquista” de terras ao tráfico de escravos; a atividade turística ou o “mercado” de guerra. Àqueles a quem não é concedida a possibilidade de transpor mares, disponibiliza-se outro tipo de navegação, talvez até mais densa e imersa aos modos de ser e de pensar: o acesso à informação, via internet, desperta, na sua vasta audiência, o anseio de trazer para si o que está distante espacialmente.

Ortiz (1998), em reflexão acerca da mundialização, atesta que a contemporaneidade é caracterizada por uma padronização cultural emergente da conversão entre diversas formas de vida. Um movimento dialético entre tradição e difusão implica a produção de elementos simbólicos que conectam e afastam sujeitos, a partir de saberes e concepções compartilhadas por meio de múltiplas plataformas e linguagens. Giddens (1991) corrobora com este entendimento ao tratar dessa dinâmica com base na intensificação das relações sociais no contexto mundial. Para esse autor, eventos de um ponto do globo são orientados por acontecimentos de outro e vice-versa. A interação local-

global corrobora com a difusão de elementos simbólicos oriundos de ambas as partes envolvidas, o que garante a atualização das tradições.

Pondera-se que o Brasil, na condição de país colonizado, experimenta as imposições da mundialização desde muito tempo: seja mediante as relações político-econômicas estabelecidas entre colonizadores europeus, o tráfico de pessoas na época da escravatura ou, ainda, por imigrações europeias acentuadas no final do século XIX e durante todo o século XX. No contexto contemporâneo, esse país permanece como destino atrativo para imigrantes e refugiados que buscam melhores, ou mínimas, condições de vida e de trabalho. Conforme dados do site da Agência da ONU para Refugiados (Acnur), até abril de 2016 o Brasil contava com 8.863 refugiados reconhecidos, oriundos de 79 nações. Ainda de acordo com a publicação da agência, “o número total de solicitações de refúgio aumentou mais de 2.868% entre 2010 e 2015 (de 966 solicitações em 2010 para 28.670 em 2015)” (ACNUR, 2016, n. p.).

Sob a regência de movimentos dialéticos entre nações e seus universos simbólicos, esta reflexão propõe a seguinte questão de pesquisa: discursos institucionais sobre a atividade laboral manifestam pistas sobre a relação de alteridade pretendida para organizações brasileiras e imigrantes na condição de refugiados? Sob o senso de que a realidade se constitui a partir da competência de interação entre os indivíduos, defende-se que a análise de discursos proferidos pela Acnur, por meio de cartilhas, propicia uma leitura acerca dos significados acionados para a produção de sentidos sobre o outro – o refugiado. Diante disso, o objetivo central da investigação é analisar a representação da relação de alteridade evidenciada por discursos institucionais sobre a atividade laboral para a inclusão de refugiados. Estabelece-se o marco teórico a partir de três categorias: 1) cultura brasileira, a qual é discutida com base em alguns de seus textos clássicos, como o produzido por DaMatta (1986), por Holanda (1995) e Barbosa (2005). Já a conexão entre 2) alteridade e 3) atividade laboral decorre das proposições bakhtinianas (BAKHTIN, 2010; 2015) e ergológicas (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007).

A condução deste estudo é determinada por escolhas metodológicas baseadas em sua natureza aplicada e seu enfoque descritivo, além da abordagem qualitativa para análise. Como *corpus*, elencam-se discursos sobre a atividade laboral para a inclusão de refugiados, especialmente a partir de duas cartilhas publicadas pela Acnur em 2015: “Direitos trabalhistas para refugiados no Brasil” e “Trabalhando com Refugiados”. O propósito destes materiais, por um lado, é nortear a contratação e tratamento de refugiados por parte das empresas brasileiras e, por outro lado, orientar os imigrantes acerca de seus direitos e deveres junto aos empregadores. O artigo é dividido em três etapas, a começar pela reflexão conceitual. Na sequência, contextualiza-se o *corpus* e, por fim, produz-se sentidos mediante a conexão teórico-analítica.

2 O Jeitinho do Homem Cordial: entre a casa e rua, o lapso de desigualdade

Desde sua “descoberta”, o Brasil tem sido palco para a diversidade cultural. Na História registrada, fala-se do encontro entre índios, portugueses, espanhóis, africanos, japoneses, alemães, italianos, entre outros. Recentemente senegaleses, haitianos e sírios têm, também, compartilhado elementos culturais com brasileiros. Impelidos por diversas motivações/ imposições, sujeitos de diferentes espaços geográficos escolhem e são orientados a constituir nesse país uma nova trajetória. Dados do IBGE (2000) acerca da imigração, no período de 1820 a 1970, ressaltam dois picos: em 1891, recepção de 215.239 imigrantes e em 1913, de 190.343 imigrantes. Até março de 2015, segundo dados da Polícia Federal, divulgados pelo portal Exame.com (2016), o Brasil abrigava 1.847.274 imigrantes regulares, o equivalente a 0,9% da população brasileira, diferenciados mediante seu modo de ingresso: permanentes, temporários, provisórios, fronteiriços, refugiados e asilados.

Esses dados permitem asseverar que a produção social da cultura brasileira é constituída essencialmente pela interculturalidade. Nesse caso, um modo híbrido se estabelece como o estilo, o jeito, nas palavras de DaMatta (1986), de ser brasileiro. Holanda (1995) afirma que a contribuição brasileira para a civilização é a cordialidade, visto que os múltiplos modos de interação produzem o “homem cordial”. Para desenvolver sua digressão ante essa categorização, Holanda (1995) sinaliza que a polidez, no caso do brasileiro, desvincula-se da noção de civilidade no convívio cotidiano, o que é marcado pela infidelidade aos ritos, oposto do que acontece na cultura japonesa, por exemplo. De outro modo, a amabilidade e a generosidade que circundam a relação que o brasileiro procura estabelecer com o outro são um padrão da conduta do “homem cordial”, que é liberto dos ritos orientadores do convívio social e tem a possibilidade de escolher como desempenhar esse padrão, e mantém, assim, a supremacia do individual em relação ao social.

A cultura brasileira é analisada por DaMatta (1986) com base em elementos simbólicos relativos ao ser brasileiro. Esse autor utiliza como estratégia linguageira a metáfora da “casa” e da “rua” para tratar dos modos de interação entre os sujeitos. A moral é elemento chave nesse entendimento, visto que determina quem está autorizado a ingressar no espaço da “casa”, ou seja, que compartilha da mesma moral, ao mesmo tempo em que exclui aquele que está aquém dela. A “rua”, ao contrário da “casa”, é o “[...] espaço cuja crueldade se dá no fato de contrariar frontalmente todas as nossas vontades”. (DAMATTA, 1986, p. 29). Quem está na “rua”, o estrangeiro, confronta a moral do “eu”. Assim, o “homem cordial” compartilha a “casa”, a cultura, com seus compatriotas mediante um padrão moral de comportamento e, simultaneamente, com eles estabelece uma relação de oposição no espaço da “rua”.

As pistas fornecidas por DaMatta (1986) suscitam alguns questionamentos: teria o brasileiro receio do hibridismo cultural do qual resulta a sua moral? Reconheceria, ele, que, no mundo globalizado, as

fronteiras entre a “casa” e a “rua” são frágeis e entremeadas pelas múltiplas manifestações do “homem cordial”? Estariam, os brasileiros, adaptados às imposições interacionais do pós-moderno, ou seja, da atualização das noções de tempo e de espaço? Acredita-se que a reflexão de DaMatta, mesmo após trinta anos, ainda permita asseverar que a sociedade brasileira é marcada pela hierarquia, o autoritarismo, pelo falso recato e pelo “horror à mobilidade”, ou troca de posição social dos indivíduos.

Barbosa (2005) produz sua tese a partir de uma ampla abordagem daquele seria um dos principais traços da cultura brasileira: o jeitinho. Termo controverso, na proposta daquela autora, “[...] pertence a uma família de fenômenos dos quais fazem parte o favor e a corrupção” (BARBOSA, 2005, p. 12). Entre o primeiro e o segundo, estabelece-se numa posição intermediária: reconhecido pela possibilidade de produzir ora igualdade, ora desigualdade. A pesquisa da autora revela que “[...] o jeitinho é sempre uma forma “especial” de se resolver algum problema ou situação difícil ou proibida; uma solução criativa para alguma emergência” (BARBOSA, 2005, p. 41). Nesse caso, a determinação dos sentidos atribuídos ao “jeitinho” tem relação íntima com o contexto que envolve a situação de uso, além dos atores envolvidos e da amplitude da ação. No caso da sociedade brasileira, tanto a relação entre a “casa” e a “rua”, quanto a cordialidade e o jeitinho são modos de expressão de uma hibridização entre a desigualdade e a exclusão. A “casa” engloba a moral que sustenta o jeitinho e a cordialidade nas mais diversas esferas e instâncias do convívio social. Do mesmo modo, a “rua” evidencia as diferenças entre os elementos simbólicos que diferenciam o “homem cordial” do seu outro, dotado de moral estrangeira.

As inter-relações teórico-conceituais apresentadas neste estudo confluem para uma reflexão das questões da “rua”. O trabalho é espaço para a manifestação do “homem cordial”, a aplicação do jeitinho e dos princípios universais de emancipação da vida social e também para os princípios de regulação impostos pelo local. É, por fim, um espaço privilegiado da “rua”, se é que assim se possa caracterizá-lo, onde os sujeitos se encontram no que, para alguns, é a sua “segunda casa”, mesmo que ali eles experimentem o encontro de diferentes formas de moral: a do “eu” com a do “outro”, do estrangeiro. Desse modo, pode ser interessante pensar o trabalho para além do que ele costuma representar. “Trabalho que no nosso sistema é concebido como castigo. [...] o trabalho duro é visto no Brasil como algo bíblico. [...] Mas nós, brasileiros, que não nos formamos nessa tradição calvinista, achamos que o trabalho é um horror” (DAMATTA, 1986, p. 21-22). Seria possível, nesse meio cultural, refletir sobre o trabalho de outro modo? E se fosse percebido como atividade humana, estaria o sujeito que habita a cultura brasileira preparado para perceber seu outro numa posição de equidade? Como possivelmente se estabeleceria essa relação de alteridade? Para refletir sobre essas questões, prossegue o texto.

3 E se o trabalho for percurso?

Até o momento, a reflexão produzida se deteve à apresentação de concepções que buscam qualificar a cultura brasileira perante seus elementos canônicos e, de certo modo, estereotipados: o jeitinho, a cordialidade, a hierarquia e o apego à moral da “casa” em detrimento à moral da “rua”. Entretanto, este estudo se ocupa, conforme já mencionado, da enunciação sobre o trabalho a partir de discursos que têm como tema a inclusão dos refugiados às organizações brasileiras. Entende-se que tais processos enunciativos atuam na mediação da relação de alteridade que se estabelece nesse contexto e que, diante disso, as marcas valorativas expressas por meio das escolhas discursivas destes textos possam evidenciar possíveis anseios que tal vínculo promove. Como marco teórico para ponderar tais questões, elege-se o ponto de vista da atividade laboral, sob a égide da Ergologia.

Empenhado em esclarecer a densidade basilar da proposta ergológica, “conhecer o trabalho para transformá-lo”, um de seus principais intelectuais, Schwartz (2015, p. 88), assevera que “do mais escondido no corpo, do quase inconsciente, ao plano mais explícito e reivindicado, toda atividade de trabalho é sempre um tipo de dramática”. A opção pelo termo “dramática” suscita sentidos relativos ao teatro, à encenação, à dramatização dos atores, coagidos pela expectativa múltipla da plateia e por um palco delimitado. Tal noção remete também à existência de scripts que procuram definir o que, quando e como a atuação deve ocorrer. Em suma, manifesta uma dimensão normativa. Contudo, tal expressão abarca, ainda, a possibilidade do improviso, pois cada encenação teatral é única, irrepetível, “ao vivo”. No momento do espetáculo, adaptações são recorrentes, pois o previsto, o antecipado pelo texto e pelo ensaio, pode ser impactado por novas variáveis, como intervenções do público, falta de algum recurso físico, esquecimento do roteiro, entre outras inumeráveis questões. É desse modo, com os ergólogos, que se procura investigar discursos sobre o trabalho, visto que o palco do cotidiano organizacional se constitui de normas e da possibilidade de renormalizar mediante as encenações discursivas dos atores e das relações entre eles incitadas e estabelecidas.

Duraffourg, Duc e Durrive (2007, p. 68) salientam que “a atividade de trabalho é, de imediato, social. Ela permite a cada um se produzir como ser social”. O aspecto coletivo dessa perspectiva interessa, pois seu enfoque está na dupla relação: do sujeito com a norma, estabelecida por meio da competência interpretativa, e do sujeito com o sujeito; daquele que elabora a prescrição com aquele que a acessa e que, para tanto, faz uso de suas propriedades intelectuais, emocionais, biológicas e sensoriais. Desse modo, a atividade humana é o uso que o sujeito faz de si em função dos usos propostos pela coletividade, expressos na cultura e atualizados no cotidiano. A atividade é o “conjunto de fenômenos que caracterizam o ser vivo cumprindo atos. Estes resultam de um movimento do conjunto do homem adaptado a um objetivo” (GUÉRIN et al., 2001, p. 16) determinado socialmente. Devido a particularidades como essas, afirma-se que o trabalho é uma das extensões da atividade humana.

De acordo com o ponto de vista da atividade humana, o sujeito, na realização de seu trabalho, não executa uma série de tarefas. Se assim o fosse, todos os seres humanos habitariam o plano da norma, sem nenhum tipo de evolução ou transformação e, nesse caso, o termo “dramática”, como foi apresentado, seria inadequado para referir-se ao fazer laboral. Para além das tarefas prescritas estão as escolhas realizadas pelo trabalhador desde o momento do recebimento da ordem de um outro, o que, na nomenclatura ergológica, se trata como “uso de si pelo outro”. Nesse ponto, a noção de atividade dialoga com a argumentação bakhtiniana sobre o ato responsivo ativo, “o ato baseado no reconhecimento desta obrigatória singularidade” (BAKHTIN, 2010, p. 99). Para o autor, o ato é como “jano bifronte” que contempla a singularidade irrepitível, a unicidade espaço-temporal experimentada pelo sujeito, assim como a unidade objetiva abstrata, aquilo que está situação nas relações sociais no espaço da cultura, na norma comportamental.

Sustenta-se, desse modo, que a proposição da tarefa se manifesta como o ponto inicial do processo de interação verbal que ampara todas as atividades humanas na sociedade. Ao nascer, o indivíduo perpassa diferentes etapas de socialização que se assentam nessa possibilidade de conexão permanente entre diferentes enunciados que se configuram como “[...] um elo na corrente complexamente organizada de outros enunciados” (BAKHTIN, 2015, p. 272). Diante disso, percebe-se que “os saberes produzidos antecipam a atividade e, ao mesmo tempo, a atividade antecipa saberes que ainda não foram produzidos. E essa dialética, de certo modo não tem fim [...] renova o estoque de saberes existentes” (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007, p. 149).

Desse modo, enquanto seres sociais, os indivíduos aprendem a conviver mediante a apreensão de normas expressas por enunciados dos outros. Esses enunciados são carregados de suposições valorativas e significados convencionados, por um lado, e, por outro, colocam-se à disposição de atualização quando em processo de enunciação, ou seja, na interação verbal que embasa as atividades humanas. Tal momento evoca tanto a presença do “outro”, mediante os enunciados já postos em circulação, quanto a presença do “eu” que, no ato interpretativo, aciona tais saberes e alimenta o processo de produção social desses elos que conectam diferentes sujeitos e situações. “Essa divisão arquitetônica do mundo em eu e em todos aqueles que para mim são outros não é passiva e casual, mas ativa e imperativa” (BAKHTIN, 2010, p. 143). Quando o trabalhador recebe uma tarefa, ele faz “uso de si por si”, conforme denominação ergológica, pois, além de valer-se desses saberes e sentidos produzidos pelo outro que habita seu contexto, ele também produz novas, e imprevisíveis, respostas ou enunciados. Assim, o trabalho não é mera execução, mas uma complexa combinação entre os usos de si, do eu com o outro. Sobretudo, o trabalho é expressão de alteridade, uma construção dialogicamente estabelecida.

Alteridade e dialogismo são noções imbricadas na perspectiva de Bakhtin (2015), visto que a primeira é alicerce da segunda, mediante a

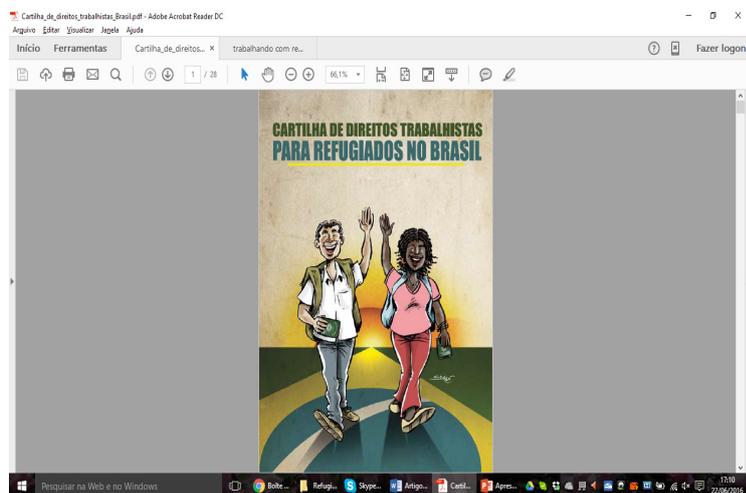
tensão entre o individual e o social, o eu e o outro, efetivada por meio de enunciados. Essa compreensão da constituição social da realidade considera que o “eu” é capaz de se reconhecer e descrever objetivamente devido à interação com o outro, para o qual sempre consegue investir um olhar excedente, ou seja, para além do que o próprio eu pode reconhecer, pois “[...] captamos os reflexos da nossa vida no plano da consciência dos outros” (BAKHTIN, 2015, p. 14). Essa necessidade do outro conduz o processo de alteridade que somente pode se efetivar numa relação dialógica que manifesta a interdependência e a alternância de sujeitos na produção dos enunciados para a efetivação do ato comunicativo. O dialogismo sintetiza o modo de funcionamento real da linguagem, além de expressar a incorporação, pelo enunciador/autor, da voz ou das vozes de outros no enunciado, o que implica, necessariamente uma dimensão axiológica decorrente dos dois centros de valor envolvidos: eu e o outro.

A acolhida de tais pressupostos implica um olhar diferenciado aos textos que expressam normas e saberes acerca do trabalho. Trata-se de transformar o olhar investido à atividade numa perspectiva da linguagem sobre o trabalho (NOUROUDINE, 2002). Nesse caso, as cartilhas, fonte para o desenvolvimento deste estudo, implicam a forma de interpretar e de descrever a experiência do trabalho, visto que são analisados como enunciação, elos na corrente de enunciados da cultura brasileira, que acionam significados, produzem sentidos e implicam as dramáticas dos usos de si. A partir destas bases reflexivas, prossegue-se a contextualização do *corpus* e a descrição do processo de análise.

4 Onde se quer chegar? Pistas à investigação do *corpus*

Apresentadas as concepções basilares à investigação, delinea-se o processo de construção analítico e os procedimentos realizados na sua operacionalização. Sob o desígnio de refletir sobre a relação de alteridade, opta-se por nortear tal finalidade a partir de discursos sobre o trabalho, cuja ênfase seja os refugiados. Classifica-o, assim, como estudo de natureza aplicada, cunho descritivo para apresentação dos resultados e abordagem qualitativa ao objeto de análise. A coleta de dados estrutura-se por meio de pesquisa bibliográfica e por pesquisa documental para composição do objeto empírico: discursos sobre o trabalho. Como *corpus*, elencam-se duas cartilhas publicadas pela Acnur. O *corpus* é identificado do seguinte modo: Discurso A - “Cartilha dos direitos trabalhistas para refugiados no Brasil” e Discurso B - “Trabalhando com refugiados”. Os Discursos A e B, Figuras 1 e 2, foram selecionados, pois dentre os documentos disponíveis na base consultada, o portal da Acnur, abordam a temática do trabalho.

Figura 1 – Discurso A: Cartilha de Direitos Trabalhistas para Refugiados



Fonte: Portal Acnur.

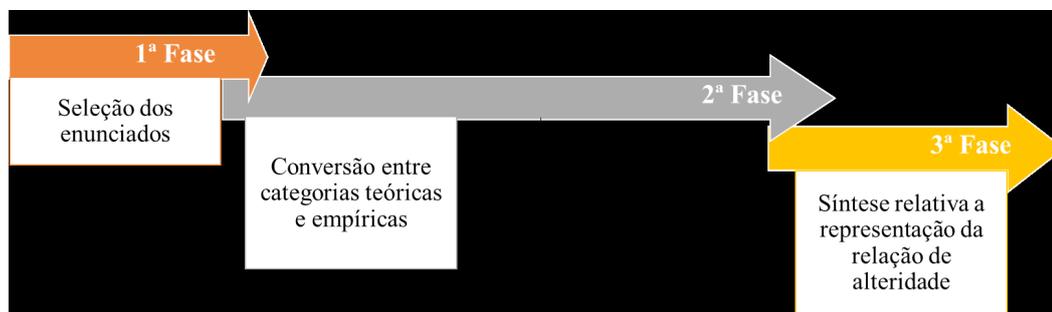
Figura 2 – Discurso B: Trabalhando com Refugiados



Fonte: Portal Acnur.

A partir dessa seleção, investiu-se na leitura exaustiva dos materiais a fim de definir as categorias para interpretação dos dados, mediante o enfoque proposto. A organização dos elementos linguageiros de cada um dos discursos foi ancorada pela técnica “Mapa de Associação de Ideias”, que “[...] é uma tabela onde as colunas são definidas tematicamente” (SPINK, 2010, p. 39). Uma sequência de três etapas implicou a produção da análise, a qual é sintetizada na Figura 3.

Figura 3 – Fases da Pesquisa



Fonte: elaborada pelos autores

Conforme pode ser observado na Figura 3, na primeira fase, selecionaram-se enunciados principais que sustentaram a elaboração de mapas para cada discurso. Esses mapas emergiram da conversão entre categorias teóricas, na horizontal: cultura brasileira, atividade laboral e saberes; e na vertical, categorias oriundas do objeto empírico: leis, explicações, sugestões. A síntese dos principais aspectos abordados culminou com a segunda etapa da análise. Por fim, com base nas categorias dialogismo e alteridade, apresentam-se significados e sentidos vinculados à representação da relação de alteridade e acionados pelos discursos institucionais da Acnur.

5 Entrelaçamento Discursivo: cultura, trabalho e instituições

A reflexão teórica apresentada busca estabelecer alguns pressupostos basilares para a análise do *corpus* selecionado para o estudo. O primeiro deles é o reconhecimento do contexto que produz os elementos de análise. Nesse sentido, justifica-se iniciar o texto com a contemplação, mesmo que breve, de aspectos centrais relacionados à cultura brasileira (BARBOSA, 2005; HOLANDA, 1995; DAMATTA, 1986), pois os discursos analisados são emergentes dessa realidade. Um segundo pressuposto está vinculado à concepção do trabalho enquanto dramática cotidiana que envolve dialeticamente o uso de si sugerido pelo outro e o uso de si efetivamente acionado por si (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007). Diante disso, conduz-se o terceiro cuja proposição implica a atitude ativa responsiva do sujeito trabalhador no momento da realização das escolhas da atividade (BAKHTIN, 2010; 2015). Evoca-se, então, a dimensão dos valores, significados e sentidos que perpassam o processo de enunciação.

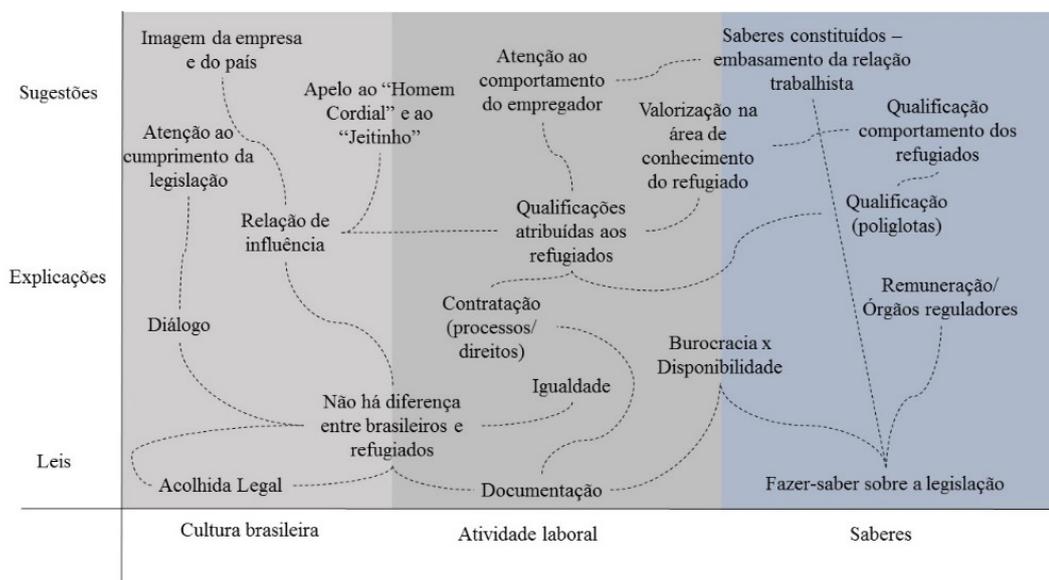
A retomada destas linhas gerais que conduzem a pesquisa acena para um aspecto fundamental, que antecede a análise dos ditos em si, mas se refere à construção dos discursos institucionais. Assim, antes de mergulhar nos sentidos e saberes que são acionados pelas cartilhas, cabe contextualizá-las enquanto produtos languageiros. Aciona-se, para isso, concepções retratadas por Nouroudine (2002), acerca da linguagem como trabalho, visto que os enunciados divulgados em tais materiais implicam várias dimensões intrínsecas do

trabalho: social, econômica, ética, etc. Isso significa que as escolhas discursivas acionadas pelas cartilhas, enquanto elemento orientador de conduta, manifestam a raiz cultural dos significados assim como os saberes legitimados pelo espaço laboral/organizacional. Interessa compreender, ainda, que a linguagem como trabalho abarca a identificação de falas estratégicas, completamente conscientes e voltadas a um objetivo, outra característica das cartilhas.

A dimensão de análise que tange à linguagem sobre o trabalho (NOUROUDINE, 2002) acarreta o entendimento de que existem interpretações possíveis acerca do trabalho. Pesquisadores (posição ora ocupada pelos autores deste artigo) e os próprios trabalhadores, refugiados e gestores das empresas, neste caso em estudo, podem avaliar a realização da sua atividade e produzir saberes sobre ela. Revela-se aqui a imbricação entre as ideias bakhtinianas e ergológicas acerca da enunciação e da renormalização. Quando trabalhadores, de ambos os lados, são convidados a acessar as cartilhas, compostas por uma série de normas (SCHWARTZ; DURRIVE, 2007), é inevitável que eles interpretem o real por eles vivenciado de modo amplo, a fim de corroborar ou modificar o que é prescrito. Renormalizar é intrinsecamente uma atividade linguageira que tem como fonte usos previstos pelos outros e experiências anteriores a fim de que as escolhas sejam responsivas e atuem na manutenção do encadeamento comunicacional (BAKHTIN, 2015).

Quanto aos discursos A e B, percebe-se que são textos prescritivos que têm como objetivo orientar empresas e refugiados às diversas etapas para inserção desses sujeitos ao ambiente laboral. A organização dos dados dos discursos em análise teve como ponto de partida a leitura exaustiva dos materiais em análise para, então, definirem-se as categorias empíricas que delimitam a distribuição dos enunciados, conforme apresentado na Figura 3. A resultante dessa segunda etapa é apresentada na Figura 4.

Figura 4 – Mapa de Associação de Ideias: discursos A e B



Fonte: elaborado pelos autores

A Figura 4 apresenta associações entre os principais sentidos acionados pelos discursos A e B. A legislação é o mote para ambas as cartilhas, mediante a adequação enunciativa para cada um dos públicos-alvo. As normas trabalhistas são mencionadas e procura-se exemplificar aspectos relacionados ao cálculo salarial ou jornada de trabalho, no caso do enfoque aos refugiados. “[...] pessoas refugiadas no Brasil têm os mesmos direitos trabalhistas que os brasileiros” (ACNUR, 2015a, p. 5). O discurso A manifesta uma situação prescrita, ou seja, idealizada das possibilidades de contratação de um refugiado no Brasil. Todavia, sabe-se das mazelas que o setor trabalhista brasileiro enfrenta, como a escravidão moderna³, por exemplo. Nesse caso, interessa supor como um olhar oriundo da atividade laboral de refugiados poderia trazer mais possibilidades de auxílio na sua navegação entre o mar normativo do país.

A argumentação produzida a partir do material elaborado para as organizações tem como centro os “pontos positivos” de se contratar um refugiado, como por exemplo: “[...] os refugiados demonstram um alto grau de motivação” (ACNUR, 2015b, p. 2); “Eles são pontuais, assíduos e esforçados no aprendizado de suas funções” (ACNUR, 2015b, p. 5); “É frequente encontrar entre eles pessoas que falam mais de um idioma e possuem qualificações profissionais valiosas ao mercado nacional” (ACNUR, 2015b, p. 2). A “igualdade” jurídica entre estrangeiros e brasileiros também é percebida como vantagem e é amplamente mencionada. Exemplifica-se: “O empregador que contrata refugiados não assume nenhum ônus adicional pelo simples fato de estar contratando um refugiado” (ACNUR, 2015b, p. 2). Esses enunciados exaltam, também, aspectos vazios quando se considera a potencialidade de transformação social a partir da noção de atividade laboral: “[...] é impossível e invivível que esse trabalho humano possa se aproximar e logo se fazer conhecer como puro produto dessas normas antecedentes” (SCHWARTZ, 2015, p. 87).

Percebe-se que a questão da “igualdade” jurídica entre brasileiros e refugiados é um dos argumentos valorativos (BAKHTIN, 2010) mais acionados ao longo das duas cartilhas, tanto no que se refere à atividade laboral quanto aos saberes promulgados pelo material. Nesse caso, o trabalho é visto como mero contrato que prevê responsabilidades para ambas as partes. Entretanto, sugere-se também que elementos culturais do Brasil justifiquem a valoração deste aspecto. Com DaMatta (1986), retoma-se a questão do estranhamento moral entre aquele que reside na “rua”, o estrangeiro que é marginal ao sistema hierárquico estabelecido mediante relações de trabalho no país. A figura do “homem cordial” (HOLANDA, 1995), apegado à possibilidade de decisão individual (renormalização) sobre o coletivo (a norma, a lei) emerge perante o uso do “jeitinho” (BARBOSA, 2005) para um favor: “O reconhecimento da atitude do empregador por parte do refugiado gera um ambiente muito bacana e transforma a empresa num espaço de dignidade social” (ACNUR, 2015b, p. 5). O desvio no uso do “jeitinho” que culmina com o abuso ou exploração do sujeito também é ressaltado, especialmente mediante a categoria sugestões: “É importante nos informarmos e exigir nossos direitos! [...] Não aceite isso! É necessário estar atento, conhecer seus direitos, exigir que eles sejam cumpridos e denunciar irregularidades” (ACNUR, 2015a, p. 7).

³ Conforme pesquisa divulgada pelo Índice Global de Escravidão, da fundação australiana “Walk Free”, o Brasil ocupa a 14ª posição no *ranking* de prevalência de trabalhadores em situação de escravidão, o equivalente a 0,078% ou 161,100 mil indivíduos.

Salienta-se que, embora a barreira idiomática imposta a imigrantes e a brasileiros não seja apontada diretamente pelos discursos em análise, sabe-se que é um argumento frequentemente utilizado para a não vinculação contratual dos sujeitos, sejam brasileiros ou estrangeiros. Nesse caso, não se pode compreender a relação de alteridade entre brasileiros e imigrantes, estabelecida no/pelo trabalho, senão por elementos da cultura brasileira, que se mostra fundada em uma desigualdade velada por significados valorados positivamente, como a informalidade, a cordialidade e o jeitinho, que caracterizam as relações estabelecidas entre tais indivíduos.

Ademais dessas questões, pode-se perceber que múltiplos paradoxos permeiam as interações entre os sujeitos que atuam na produção da cultura brasileira e do campo laboral nas organizações, visto que mesmo diante de uma formação heterogênea, com imigrantes de diferentes nações, o “ser brasileiro” sustenta-se por uma valoração estereotipada do outro, cuja diferença é percebida como possibilidade de exclusão. Nesse caso, o processo dialógico da constituição identitária do brasileiro, ainda que seja implicado explicitamente pela relação com o outro no caso específico do imigrante, procura pôr à margem tal questão. Embora as prescrições previstas nos discursos A e B sejam embasadas pela suposta igualdade legal entre brasileiros e refugiados, o real, por vezes, aponta para um processo de exclusão cultural daquele que é estrangeiro.

Desse modo, ao se considerar o processo de alteridade (BAKHTIN, 2015) proferido pelos discursos em análise, compreende-se a produção dialógica dos discursos que sustentam os sentidos acerca da realidade organizacional das empresas no Brasil. Eles refletem aspectos culturais como a malandragem na execução legal junto aos imigrantes. A ênfase na legislação e nos benefícios contratuais das cartilhas destaca uma dimensão objetiva, baseada em elementos globais, que associa seus enunciados aos elos enunciativos pejorativos já vinculados ao trabalho ao longo do tempo, acentuando aspectos valorativos que já compõem o horizonte de sentidos dos indivíduos. Assim, dialogicamente, os enunciados proferidos para orientar imigrantes e organizações agregam elos às interações estabelecidas e tornam opaca a atitude laboral e o ato responsivo ativo de ambos os atores, o eu e o outro.

6 Entre Certames e Ditames: algumas considerações finais

O mergulho às reflexões acerca da cultura brasileira, à noção de dramáticas dos usos de si para compreensão da atividade laboral e a relevância da relação de alteridade estabelecida no ato responsivo que constitui dialogicamente o trabalho foi evidência neste estudo. O [des]vínculo moral entre a “casa” e a “rua” culmina com as escolhas responsivas dos sujeitos, que instituem a existência das organizações, de agregar ou não imigrantes ao seu coletivo de trabalhadores. Entretanto, para além do aparato legal, que insiste na igualdade entre brasileiros, que compartilham da mesma “casa”,

e imigrantes que a colocam à prova, está o aparato cultural. O imaginário que coabita no espaço valorativo brasileiro constitui-se do tráfego entre dois polos: da marginalização do outro, estrangeiro, à supervalorização dos produtos importados, que acionam o saber relativo ao “complexo de vira-lata”, como diria Nelson Rodrigues.

Os discursos analisados neste estudo evidenciam tais aspectos e, nesse sentido, uma de suas contribuições reside na identificação de um *corpus* profícuo para reconhecer a relação de alteridade e a constituição dialógica do trabalho. As cartilhas da Acnur, em seu propósito composicional ora para refugiados ora para contratantes, vale-se especialmente de significados fundamentais da cultura brasileira. Em uma ponta, ressalta-se a igualdade legislativa garantida por uma nação, cujo tema da lei é controverso há longa data, o que também tem evidência nesse ato discursivo, mediante as advertências apresentadas aos imigrantes quanto ao não cumprimento da norma trabalhista. O brasileiro é cordial e encontra um jeitinho de resolver qualquer situação, seja pela exploração ou pelo favor. Na outra ponta da relação dialógica, o enfoque nos benefícios de se contratar refugiados a partir de critérios pré-estabelecidos como basilares a qualquer organização: pontualidade, dedicação, saberes acadêmicos e idiomáticos. Neste caso, na realização do ato responsivo ativo relativo à atividade laboral, quando se reflete acerca da refração do real experimentado pelos imigrantes na busca por oportunidades, na exclusão pela diferença ou pela impossibilidade de comprovar títulos. Reconhece-se, desse modo, que novos e ampliados estudos sobre a relação Brasil-Imigrante podem (e devem) ser realizados na intersecção discursiva de diferentes materialidades dispostas no espaço público.

Cabe retomar questões postas ao longo da reflexão: o hibridismo constitui o brasileiro pela aceitação e aprendizado com a diferença ou pela rejeição daquilo que contrapõe suas “verdades absolutas”, a moral trazida de “casa”? Generalizações são vazias e o objeto empírico analisado é restrito para conclusões. Entretanto, ele aponta para o reconhecimento de que a distância entre prescrito e real não se restringe à produção de prescrições para o trabalho, mas refrata as prescrições para as relações. Assim, o vínculo entre o “eu” e o “outro”, expresso na inter-relação entre a “casa” e a “rua”, no mundo globalizado, constrói-se sob a égide de uma força velada, posta à margem pelo autor [o “eu”], que negligencia a intervenção do “outro” na constituição do seu próprio ser. De outro modo, os discursos que embasam, mas também se estabelecem mediante a construção social e dialógica da realidade, sustentam uma relação entre Brasil-Imigrante em pilares da sociedade do consumo e tratam aspectos subjetivos da constituição do ser de modo objetivado, como produtos a serem adquiridos e valorados pelas organizações. Desta pauta resulta, inevitavelmente, a simplificação da alteridade que ancora o convívio coletivo.

Referências

AGÊNCIA DA ONU PARA REFUGIADOS (ACNUR). **Dados sobre refúgio no Brasil**. Brasília, DF. 2016. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/recursos/estatisticas/dados-sobre-refugio-no-brasil/>. Acesso em: 03 jan. 2017.

_____. **Cartilha de direitos trabalhistas para refugiados no Brasil**. Brasília, DF. 2015a. Disponível em: http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/Cartilha_de_direitos_trabalhistas_Brasil. Acesso em: 03 jan. 2017.

_____. **Trabalhando com refugiados**. Brasília, DF. 2015b. Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/fileadmin/scripts/doc.php?file=t3/fileadmin/Documentos/portugues/Publicacoes/2015/10014>. Acesso em: 03 jan. 2017.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2015.

BARBOSA, Livia. **O jeitinho brasileiro**. São Paulo: Campus Editora, 2005.

DAMATTA, Roberto. **O que faz o brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1986.

DURAFFOURG, J.; DUC, M.; DURRIVE, L. O Trabalho e o ponto de vista da atividade. In: SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho e ergologia: conversas sobre a atividade humana**, Niterói: EdUFF, 2007, p. 47- 81.

EXAME. **O panorama da imigração no Brasil**. São Paulo: Editora Abril, 2015. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/o-panorama-da-imigracao-no-brasil>. Acesso em: 03 jan. 2017.

GIDDENS, Antony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1991.

GUÉRIN, François et al. **Compreender o trabalho para transformá-lo: a prática da ergonomia**. São Paulo: Blucher, 2001.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Brasil: 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro, 2000. Apêndice: Estatísticas de povoamento. Disponível em: <http://brasil500anos.ibge.gov>.

br/estatisticas-do-povoamento.html>. Acesso em: 09 jun. 2016.

NOUROUDINE, Abdallah. A linguagem: dispositivo revelador da complexidade do trabalho. In: SOUZA-E-SILVA, M. C.; FAÏTA, D. (Org.). **Linguagem e trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002. p. 17-30.

ORTIZ, Renato. **Mundialização e cultura**. São Paulo: Brasiliense S.A., 1998.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho e ergologia**: conversas sobre a atividade humana. Rio de Janeiro: EdUFF, 2007.

SCHWARTZ, Yves. Conhecer e estudar o trabalho. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 24, p. 83 - 89, 2015.

SPINK, Mary Jane. **Linguagem e produção de sentidos no cotidiano**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <http://static.scielo.org/scielobooks/w9q43/pdf/spink-9788579820465.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2016.

WALK FREE FOUNDATION. **The Global Slavery Index 2016**. Austrália. Disponível em: <http://assets.globalslaveryindex.org/downloads/Global+Slavery+Index+2016.pdf>. Acesso em: 03 jan. 2017.